

QUEBRARAM a cara

Setor público desmente analistas e consegue economia recorde em março, com superávit de R\$ 13 bi no mês, superando gastos com juros

VICENTE NUNES

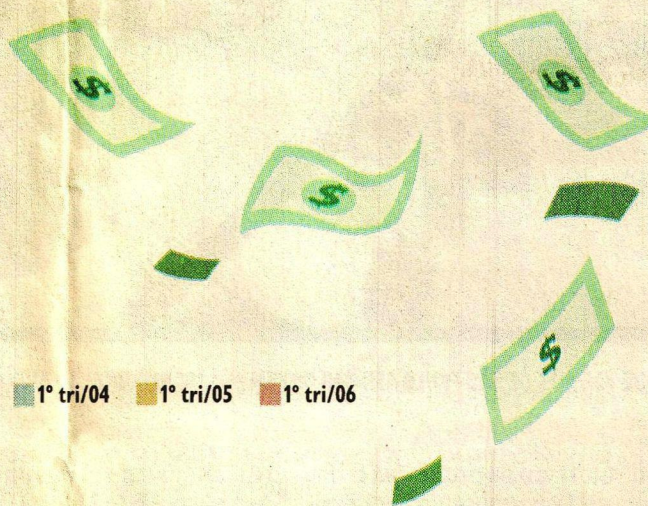
DA EQUIPE DO CORREIO

Há poucos dias, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, desafiou os analistas que vinham alertando sobre a possibilidade de o superávit primário (receitas menos despesas, antes do pagamento dos juros) ficar abaixo dos 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) nos 12 meses terminados em março. “Eles vão quebrar a cara”, disse Mantega, irritado com tal projeção. Ontem, o ministro da Fazenda pôde saborear uma importante vitória. Mesmo com toda a ganância eleitoral em prol da reeleição do presidente Lula, o setor público como um todo não só cumpriu a meta de superávit como a superou, atingindo 4,39% do PIB. Graças, principalmente, à substancial ajuda das estatais federais, cujo resultado, no mês passado, de R\$ 5,35 bilhões, foi recorde para os meses de março. “Foi a melhor resposta que poderíamos dar para reforçar nosso compromisso com o ajuste fiscal”, disse um assessor muito próximo de Lula.

A partir de agora, acredita a equipe econômica, o mercado dará uma trégua ao governo, que poderá colher os frutos da forte queda da inflação e da continuidade da política de redução dos juros. “Realmente, ficamos surpresos e mais tranquilos com os números divulgados pelo Banco Central”, disse a economista Ana Paula Rocha, do Banco Real ABN Amro. No primeiro trimestre do ano, o superávit primário totalizou R\$ 20,98 bilhões, dos quais R\$ 13,18 bilhões somente em março. Houve queda de 24% em relação ao primeiro trimestre do ano passado, reflexo da decisão do governo de acelerar os gastos agora devido à proibição da lei eleitoral de se fazer despesas com obras a partir de julho. Além disso, afirmou o chefe do Departamento Eco-

JUROS MINAM ESFORÇO

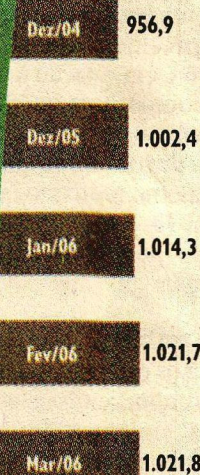
Ação do governo para economizar recursos continua sendo insuficiente para cobrir custos com a dívida pública
(Em R\$ bilhões)



Arte: Amaro Junior/CB

Fonte: Banco Central

DÍVIDA PÚBLICA
Com os juros elevados e com a economia ainda caminhando num ritmo mais lento, endividamento do governo se mantém crescente



nômico do BC, Altamir Lopes, a queda se explica pela disposição do governo de fazer um superávit mais próximo dos 4,25% do PIB, ao contrário dos anos anteriores, quando as metas estabelecidas foram ultrapassadas com grande folga.

Salário mínimo

Sobre o risco de o superávit ficar abaixo dos 4,25% do PIB por causa do aumento do salário mínimo para R\$ 350 nas contas da Previdência Social, Lopes reconheceu: “Riscos existem. Mas eles são baixos. O importante, porém, é que o governo continua empenhado em cumprir

a meta e creio que isso será tranquilo”. Ele ressaltou ainda que o fato de somente o governo federal (Tesouro Nacional, Previdência, BC e estatais) ter de economizar R\$ 14,8 bilhões em abril, para cumprir a meta de R\$ 28,7 bilhões do primeiro quadrimestre do ano, não assusta. “Abril, tradicionalmente, é um mês muito positivo para as contas públicas, pois a arrecadação sobe”, disse, lembrando que, em abril de 2005, o superávit do governo federal chegou a R\$ 14,31 bilhões.

Para Lopes, as estatais continuarão dando forte contribuição para o superávit primário, sobretudo a Petrobras, alta-

mente beneficiada pelo aumento dos preços do petróleo no mercado internacional. O governo ainda recebeu a ajuda de estados e municípios, com superávit de R\$ 5,906 bilhões no primeiro trimestre. “Essas esferas de governo têm mostrado um sério compromisso com o equilíbrio das contas públicas, mesmo em ano de eleição”, frisou. Mas fez uma ressalva: caso estados e municípios decidam ampliar os gastos, o governo federal estará pronto para dar uma cota extra de sacrifício e garantir o cumprimento da meta de superávit.

Altamir chamou a atenção para o fa-

to de o superávit de março ter superado os gastos com juros da dívida no mês, de R\$ 12,89 bilhões. Com isso, as contas públicas encerraram o mês passado com superávit nominal de R\$ 286 milhões, o melhor saldo desde março de 2001 (R\$ 1,83 bilhão). No acumulado dos três primeiros meses do ano, porém, o resultado nominal foi bastante negativo, com rombo de R\$ 23,19 bilhões.

LEIA MAIS

Sobre contas públicas na página 20